

Sessão Inaugural

Discurso do Presidente da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e do 6º Seminário de Publicações oficiais Brasileiras

Aristeu Gonçalves de Melo

Câmara dos Deputados

Coordenação de Publicações

Estamos instalando, nesta noite, o 6º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, evento inerente a todos os órgãos da administração pública, em nível federal, estadual e municipal.

Desejamos a todos uma semana de trabalhos profícuos e aos que nos visitam, oriundos de outros estados, uma feliz estadia nesta cidade que os acolhe com carinho e orgulho.

Nossa presença nesta Mesa leva-nos a encaminhar nosso pronunciamento mais como um depoimento pessoal, uma vez que presidimos, no momento, a Comissão de Publicações Oficiais Brasileira (CPOB) – vinculada à Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal – estando diretamente ligado à mesma desde 1977 ; por outro lado dirigimos, há cerca de 7 anos o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, instituição esta que, através de sua Coordenação de Biblioteca, deflagrou a fase atual vivenciada pelo setor publicações oficiais. Isto se deu em 1973, por meio de uma proposição da então Diretora daquela Biblioteca, Juracy Feitosa Rocha, ao 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em Belém. Ali se defendia a inclusão da problemática das publicações oficiais como parte do temário do Congresso seguinte, que veio a acontecer em Brasília, em 1975. Os organizadores do 8º CBBB não apenas incluíram o assunto em seu temário, como ainda decidiram dar-lhe um espaço especial. Realizou-se então o 1º Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras, sob a coordenação geral de Juracy Rocha.

Ao longo desses doze últimos anos, a Câmara dos Deputados, a Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e os órgãos de editoração oficial têm caminhado de mãos dadas nesta frente comum que visa debater e implementar conceitos e ações relativas às publicações governamentais.

Temas os mais diversos têm sido veiculados nesse cenário geral, considerando tanto o enfoque micro, compreendido pelas quatro etapas básicas de uma publicação (criação, publicação, distribuição e consumo) como o enfoque macro abordando, esporadicamente, programas e políticas editoriais de organizações específicas, como ainda, esboços ou sugestões de atuação que possa contribuir para a formação de uma política nacional de editoração.

Os objetivos da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras se acham refletidos nos trabalhos de seus Seminários que, em geral, se dividem em duas linhas básicas: uma de natureza teórica, apresentando conceitos e idéias para o debate aberto provocando uma reciclagem e um acréscimo à bagagem técnica dos participantes dos Seminários; outra de natureza pragmática, trazendo relatos de experiências pessoais, contribuindo, igualmente para uma reciclagem e um intercâmbio de idéias. Tudo isto redundando no desenvolvimento de toda a temática editorial de nossos órgãos públicos.

E aqui gostaríamos de abrir um parêntese para esclarecer que enfatizamos os órgãos do governo devido à natureza intrínseca da CPOB. Todavia os Seminários têm contado com contribuições de profissionais dos vários segmentos básicos da editoração incluindo a área privada, a acadêmica e a governamental. Ressalvadas algumas peculiaridades todos os princípios aplicados à editoração na área privada se aplicam à governamental e, vice-versa; por outro lado a área acadêmica influencia sobre ambas, forçando-lhes o avanço teórico e técnico. Portanto este é um Evento destinado a todos os profissionais do livro.

O tema deste 6º Seminário, "Publicações Oficiais: Uma Visão Política" foi escolhido não por acaso. Estamos, provavelmente, num ano em que a atividade política tenha adquirido proporções nunca dantes vivenciadas em nosso País.

Como visualizar politicamente uma publicação? Talvez a resposta nos levasse a uma reflexão do tipo: "reconhecendo-lhe o valor do conteúdo". A matéria prima de uma publicação é o conhecimento e este é o insumo básico do desenvolvimento de uma sociedade: desenvolvimento social, cultural, econômico, tecnológico, etc. Em forma de um livro, de uma revista, ou de um jornal, a publicação parece continuar predominando como meio de preservação e comunicação do conhecimento a despeito da concorrência natural representada pelas novas "mídias", como o rádio, a televisão, os vídeos, e muitos outros novos veículos às vezes até resultantes da combinação dos mencionados. Pois bem, mesmo com essa concorrência, com todas essas opções, as publicações, e dentre estas podemos destacar aquelas em forma de livro, continuam ocupando lugar de destaque na expansão do conhecimento, seja através da educação formal, seja através da educação continuada.

E aqui nos parece centrar-se o valor da publicação oficial. Contém e transmite a informação necessitada pela população como um todo, ou por segmentos desta, mas sempre (ou quase sempre) numa abordagem descompromissada com um programa formal de educação. Com isto podemos dizer que a publicação oficial se destina ao cidadão comum. Talvez uma parcela desse público geral, aquela vinculada ao poder público, caracterize os usuários mais diretos das publicações oficiais, entretanto esta é uma inferência pessoal, intuitiva. Não é de nosso conhecimento qualquer estudo que confirme ou rejeite essa hipótese.

Portanto são dois os ingredientes que a nosso ver, caracterizam a faceta política da publicação oficial: a) um público geral, pertencente a qualquer camada da sociedade ou a qualquer ambiente institucional – empresarial ou público; b) o tipo de conhecimento que pressupomos transmitir: ciência ou arte, técnica ou literatura, sempre matéria de interesse público. Frequentemente uma diretriz organizacional ou governamental, uma pesquisa ou um ensaio – mas sempre prestando contas das atividades de um determinado órgão público, em favor do bem comum e do desenvolvimento de determinado setor do conhecimento. Sempre uma questão diretamente relacionada com os objetivos da instituição que edita a publicação.

Finalmente, ainda nessa reflexão sobre o aspecto político da publicação oficial, gostaríamos de reforçar o papel do livro como instrumento do desenvolvimento especificamente na área da economia. Com isso queremos dizer que o mundo editorial contribui para o progresso das nações através dos ensinamentos que carrega para a sociedade. Por isso consideramos que deve ser convicção de qualquer governo de que investir no desenvolvimento da produção de livros, ou de outro tipo de publicação, não significa um prejuízo. Significa, isto sim, um investimento a longo prazo no crescimento nacional.

Como parte final deste pronunciamento, no momento em que transferimos a presidência da CPOB à nova Diretoria, encabeçada pela brilhante colega Dinorá Moraes Ferreira, atual e dinâmica diretora do Departamento de Imprensa Nacional – o que a torna especialmente indicada para o cargo – gostaríamos de pedir licença a esta platéia para relatar nossa modesta contribuição ao setor das publicações oficiais.

Em primeiro lugar gostaríamos de evocar a *Bibliografia de publicações oficiais brasileiras* que o Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados vem editando desde 1978. Ao assumirmos a direção desse órgão, procuramos nos inteirar da real contribuição que a continuidade desse projeto podia representar para o controle da produção editorial da área pública. O resultado foi uma decisão de apoio irrestrito à tarefa. Nesta semana

colocaremos à disposição do público o 5º volume da bibliografia que, como os demais é distribuído gratuitamente. A despeito de uma série de críticas que temos suscitado quanto a este empreendimento, estamos convictos de que a mesma tem tido grande utilidade junto aos diversos órgãos de informação por este Brasil a fora. Não são poucos os retornos por parte das bibliotecas e serviços de informação bibliográfica e de documentação sobre tal utilidade. Por outro lado correspondências de várias partes do mundo são recebidas pelo Centro de Documentação solicitando a remessa de volumes esparsos ou de toda a coleção da bibliografia. Também, notícias nos chegam de seu uso em escolas de biblioteconomia como instrumento de análise ao lado de outras tantas e tradicionais fontes de referência. Tudo isto nos tem incentivado a continuar, pelo menos até o momento, com essa empresa.

Ainda, em 1981, envolvidos na análise sobre a conveniência da edição da bibliografia, tomamos nosso primeiro contato com a dificuldade de localização e acesso às publicações oficiais, tanto as de nível federal como as estaduais e as municipais. Escrevemos então uma comunicação para o 4º Seminário de Publicações Oficiais Brasileiras em que apresentávamos uma proposta de “controle bibliográfico no Brasil” no que concerne às publicações oficiais.*

Em 1985, agora no 5º Seminário, apresentamos um ensaio geral sobre a produção editorial da Câmara dos Deputados e o conseqüente estímulo à produção intelectual.

Fora essas investidas, tivemos oportunidade de apoiar diretamente a Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras como Presidente ou como um de seus membros efetivos, ou ainda concedendo licença a funcionários para participar de suas subcomissões, em execução de trabalhos como a bibliografia ou como o livro sobre editoração que será lançado também durante este 5º SPOB.

Outros órgãos também têm participado dos esforços da CPOB em busca da realização de seus produtos. Cerca de 30 pessoas contribuíram na elaboração do 5º volume da Bibliografia. Um esforço mais modesto, envolvendo pessoas de cerca de 10 órgãos, resultou na obra **Editoração de Publicações Oficiais**. Agradecemos a todos esses órgãos. Todos têm seu mérito nessa jornada pelo desenvolvimento do setor de editoração oficial.

Acreditamos que muito foi feito de 1980 aos dias atuais pela Comissão de Publicações Oficiais – e agora, reportamo-nos à sua ação independentemente da atual presidência. Entretanto o setor continua carente de muitas frentes, salvo exceção de uma ou outra instituição, como uma política editorial mais ampla, por exemplo.

* MELO, Aristeu Gonçalves de. O controle bibliográfico no Brasil; uma proposta. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1982. 98p. il.

Entregamos a presidência com a sensação de termos feito menos do que gostaríamos de ter feito. Fazemo-lo, entretanto, com a certeza de que os empreendimentos iniciados terão continuidade e atingirão as metas já estabelecidas. Deixamos, de pronto, a tarefa de continuação na busca de novos rumos para a Comissão. Deveria ela assumir o comando e a coordenação da área editorial entre os vários órgãos do governo federal? Deveria a Comissão encetar esforços no sentido de penetrar na coordenação editorial em nível estadual, e, quem sabe até municipal?

Outra expectativa que temos é que a Comissão evolua no sentido de fazer com que a publicação oficial adquira um caráter de seriedade – promovendo o poder público, entretanto numa linha de prestação de contas, de formação de opinião pública sobre matérias de interesse da sociedade. Que os editores estabeleçam uma linha séria de trabalho; tracem objetivos e procurem alcançá-los, equilibrando a qualidade e os gastos de seus produtos.

Muito há ainda por ser feito. Continuaremos acompanhando o setor, sempre na esperança desse avanço e dessa melhoria.

Muito Obrigado!

3